



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING ELETRÔNICO**

**03/12/2010**



# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	1
1.2. CORREIÇÕES.....	2
1.3. CURSOS.....	3
1.4. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	4 - 5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. PRISÃO.....	6 - 10
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. CORREIÇÕES.....	11
3.2. DESEMBARGADORES.....	12 - 13
3.3. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	14 - 16
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AVISO.....	17
4.2. CORREIÇÕES.....	18
4.3. CÂMARA CÍVEL.....	19
4.4. INSTITUCIONAL.....	20 - 23
4.5. TRIBUNAL DO JÚRI.....	24
5. JORNAL EXTRA	
5.1. INSTITUCIONAL.....	25 - 26
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DESEMBARGADORES.....	27 - 29
6.2. INSTITUCIONAL.....	30 - 33
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CORREIÇÕES.....	34
7.2. CÂMARA CÍVEL.....	35 - 36
7.3. DESEMBARGADORES.....	37 - 42
7.4. INSTITUCIONAL.....	43 - 44
7.5. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	45 - 47
8. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
8.1. DESEMBARGADORES.....	48 - 49

**AMMA...** A Chama “Magistratura Unida de Novo”, encabeçada pelo juiz José Brígido Lages, atual vice-presidente da AMMA, foi a escolhida para liderar a entidade durante o biênio 2011/2012. Segundo o presidente eleito, o aparelhamento à magistratura de 1º grau é um dos desafios de sua gestão à frente da AMMA. A posse administrativa do juiz Brígido Lages e dos diretores eleitos está marcada para o dia 2 de janeiro de 2011, na sede da AMMA, na rua do Egito.

# Penas Alternativas faz correição ordinária

A Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas (Rua dos Guriatãs, 18, Renascença II), deu início à correição geral ordinária que se estende até o próximo dia 10. Em edital, o juiz da unidade, Jamil Aguiar da Silva, informa que reclamações a respeito de irregularidades, bem como sugestão sobre o funcionamento da Vara ou sobre os procedimentos e atividades de servidores da Justiça lotados na unidade devem ser encaminhadas por escrito à secretária da correição, Maria de Fátima Melo de Oliveira.

Em portaria que trata da Correição, o magistrado determina à secretária da correição a expedição do edital anun-

ciando a ação e convidando autoridades locais e sociedade a apresentar as sugestões e reclamações que julguem pertinentes.

Aguiar orienta ainda que sejam convidados para acompanhar os trabalhos representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MA, bem como advogados militantes na unidade judicial.

Na portaria, o juiz estipulou o prazo de até 24 horas antes do início da correição para o encaminhamento de todos os processos em tramitação na Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas para a Secretaria.

**Camus...** A obra literária "O Estrangeiro", do escritor francês Albert Camus, foi base para o curso promovido pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), para refletir com os magistrados as evidências subjetivas dos julgamentos, no campo do Direito Penal. O curso foi ministrado psicanalista e pelo prof. Agostinho Marques Neto.

**Mersault...** No alicerce técnico da obra de ficção de Camus, a denúncia da fragilidade do julgamento humano, em que o protagonista (Mersault) mata, inexplicavelmente, um homem, não se compadece com a notícia da perda materna e, sem procurar justificção, aceita ser condenado à morte. Ao longo da trama, a aproximação do leitor com inquietadoras questões morais e existenciais sinalizam a crítica ao julgamento, numa sociedade marcada por contrastes e conflitos, a qual acaba condenando o homem que é incapaz de se adaptar à vida social.

## **MARANHÃO ATINGE R\$ 17,2 MILHÕES EM ACORDOS DE CONCILIAÇÃO**

O Maranhão atingiu R\$ 17.286.680,64 em 2.657 acordos homologados na Semana Nacional da Conciliação. O levantamento abrange os três primeiros dias de trabalho e foi divulgado nesta quinta-feira, 2, pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. De segunda a quarta-feira, público de 13.010 pessoas foram atendidas em varas, juizados e unidades de conciliação na interior e capital. Para os cinco dias de conciliação no estado estão agendadas cerca audiências 14 mil audiências. A semana mobiliza 77 comarcas, 28 juizados especiais e 101 varas do Judiciário maranhense. Relatório parcial entregue ao CNJ – parceiro da Corregedoria nas ações de conciliação – mostra que até ontem, 1º, ocorreram 5.234 audiências de 5.779 agendadas. As audiências de conciliação pré-processuais, enquanto isso, chegaram a 1.395 das 1.425 marcadas. O corregedor destaca a presença maciça de juízes estaduais no evento (248 de um total de 272 magistrados), 316 conciliadores e 1.184 colaboradores. O total de participantes da semana pode chegar a 2 mil pessoas, estima Guerreiro Júnior.

## Maranhão atinge R\$ 17,2 milhões em acordos de conciliação

O Maranhão atingiu R\$ 17.286.680,64 em 2.657 acordos homologados na Semana Nacional da Conciliação. O levantamento abrange os três primeiros dias de trabalho e foi divulgado ontem, pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. De segunda a quarta-feira, público de 13.010 pessoas foram atendidas em varas, juizados e unidades de conciliação na interior e capital.

Para os cinco dias de conciliação no estado estão agendadas cerca de 14 mil audiências. A semana mobiliza 77 comarcas, 28 juizados especiais e 101 varas do Judiciário maranhense.

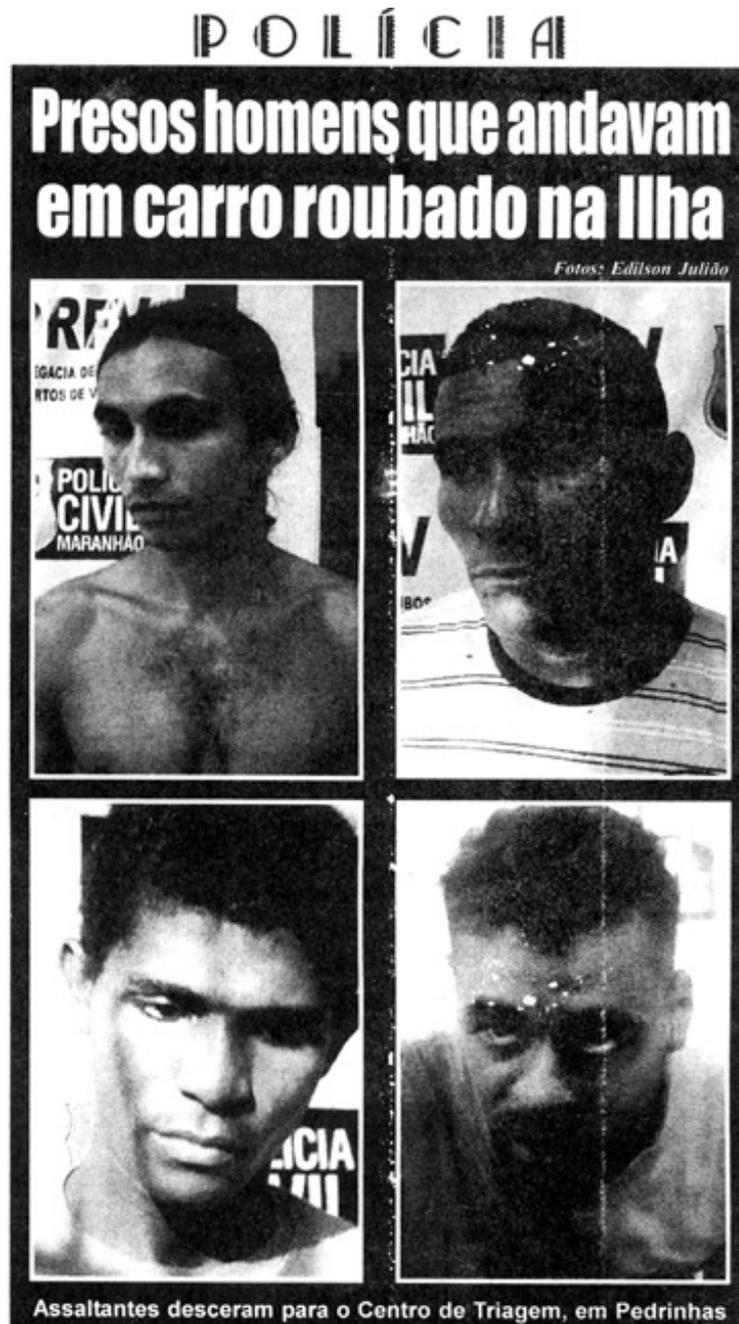
Relatório parcial entregue ao CNJ – parceiro da Corregedoria nas ações de conciliação – mostra que até ontem, 1º, ocorreram 5.234 audiências de 5.779 agendadas. As audiências de conciliação pré-processuais, enquanto isso, chegaram a 1.395 das

1.425 marcadas.

Os números são representativos também na área criminal. Há registro de 662 audiências de 860 designadas, 224 sentenças homologatórias de transação penal, 152 decisões em nível de composição civil e 6 homologações de suspensão de processo.

O corregedor destaca a presença maciça de juizes estaduais no evento (248 de um total de 272 magistrados), 316 conciliadores e 1.184 colaboradores. O total de participantes da semana pode chegar a 2 mil pessoas, estima Guerreiro Júnior.

O 3º Juizado do Bairro de Fátima possui o maior número de audiências em São Luís, ou 262. Pinheiro traz como novidade audiências noturnas e é líder entre as comarcas do interior com 900 audiências marcadas. A 1ª Vara de Barra do Corda terá 644 e é seguida pela 2ª Vara de Pedreiras, com 504.



## Presos homens que andavam em carro roubado na Ilha

Agentes da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos, liderados pelo Chefe de Captura, Henrique Moura, localizaram e prenderam três homens acusados de estarem rodando carro roubado na Ilha. Foram presos Dionath Mendes de Araújo, 24 anos, morador da Vila Janaína; José Luís Fernandes Silva, 22 anos, mecânico, residente no Bairro Santa Clara; o radiologista Iveraldo Júnior, 23 anos, morador do Bairro Santa Efigênia; e ainda Alan Paixão do Nascimento, 30 anos, residente na Cidade Olímpica.

Com Alan do Nascimento, os policiais encontraram um revólver calibre 38 muniado. Por sua vez, Dionath Mendes jurou inocência. Disse que alugava carro em locadora para fazer corridas para municípios vizinhos, para conseguir ganhar dinheiro extra, e que nun-

ca se envolveu com a Polícia. Ele foi preso quando procedia da praia do Araçagy.

O mecânico José Luís declarou que tentava montar uma Oficina quando um desconhecido deixou o carro roubado em seu poder, com documentos, trocando de veículo. Os policiais não acreditaram na história. Alan Paixão disse que portava revólver porque possui muitos inimigos.

O Delegado Paulo Hertel autuou os quatro acusados, que depois foram encaminhados para o Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde aguardarão pronunciamento da Justiça.

Foto: Edilson Juliano



**Assaltantes desceram para o Centro e Triagem, em Pedrinhas**



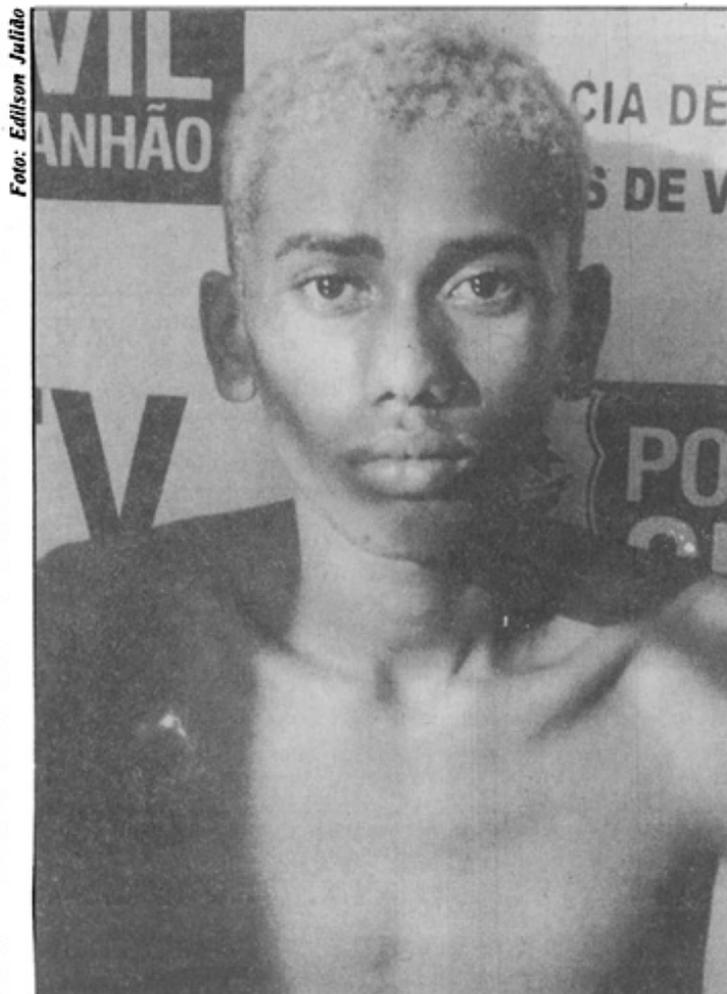
➔ **MOSTRANDO SERVIÇO**

# Polícia tira perigosos assaltantes de circulação

O Sargento PM Da Silva e o soldado Ferreira, do 6º BPM, apresentaram ao Delegado titular Paulo Hertel, da Delegacia de Roubo e Furto de Veículos (DRFV), localizado na Vila Palmeira, Dilly Wanderson Segues Mendes, 18 anos, morador da Rua Gonçalves Dias, 44, Vila Luizão, e um adolescente. A dupla é acusada de, em companhia de um comparsa identificado como Igor, assaltar, armada com faca e revólver, o garçom Antônio Nascimento, na área do Bairro Sol e Mar, fato ocorrido na quarta-feira (1º). O crime ocorreu quando a vítima se encontrava parado, com sua moto Fan, cor preta, placa NNG-5622, recém comprada.

Os bandidos deram voz de assalto ao garçom Nascimento, de quem tomaram a motocicleta. Para completar, Dilly Mendes gritava para Igor matar a vítima. Mas o comparsa não atendeu à ordem do bandido e poupou a vida da vítima. Em seguida, a dupla fugiu, tomando rumo desconhecido.

**COMEÇA A CAÇADA** - Refeito do susto, quando viu a morte de perto, Antônio Nascimento decidiu procurar



Dilly Wanderson Mendes 'caiu'

a Polícia, registrando um Boletim de Ocorrência e pedindo providências. Policiais militares caíram em campo e conseguiram localizar e prender Dilly Mendes e deter o menor que estavam na Rua 02, próximo da Vila Flamengo. Minutos antes, Dilly estava rodando na moto em companhia de outros comparsas na Vila Cafeteira, área do Maiobão.

Os acusados tiraram a placa da moto para dificultar o trabalho da Polícia, facilitando assim a prática de crimes na Ilha do Amor.

O proprietário da moto, Antônio Nascimento, disse às autoridades que o menor não estava no assalto. Dilly Mendes confirmou sua participação e disse que Igor era quem estava com o revólver.

O Delegado Paulo Hertel autuou Dilly Mendes em flagrante, pelo roubo de veículo e assalto a mão armada. E determinou ao pessoal da Captura para localizar e prender Igor.

Depois de autuado, Dilly Mendes foi encaminhado para o Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde aguardará pronúncia da Justiça.

## Operação policial prende dois homicidas no interior do Estado

Uma operação deflagrada pelas Polícias Civil e Militar nos Municípios de Paulo Ramos, Vitorino Freire, Olho d'Água das Cunhãs e Bacabal, resultou na prisão de dois homens. Eles teriam envolvimento em um crime de latrocínio ocorrido no último dia 20 de novembro, em Paulo Ramos.

George Arlison Pereira Queiroz conhecido como "Preto", de 28 anos, e Verisfran de Souza dos Santos, o "Boneco", de 24 anos, foram presos na manhã desta terça-feira (1º).

Com base nas investigações intensificadas pela Polícia e de posse do mandado de prisão preventiva e busca domiciliar expedido pelo Juiz Alexandre Bandeira Figueiredo da Vara Única da Comarca do Município de Paulo Ramos, os dois acusados acabaram sendo detidos em suas respectivas residências.

George Arlison, o "Preto", foi encontrado na posse de uma espingarda, um facão, uma motocicleta, e as vestimentas usadas no dia do crime em Paulo Ramos: uma calça jeans e uma camisa gola pólo preta. Já "Boneco", foi detido com um revólver calibre 38 niquelado; um calibre 22, utilizada no dia do crime. Ambos ficarão a disposição da Justiça.

A operação foi comandada pelo delegado de Polícia Civil do município de Paulo Ramos, Fernando Regis dos Santos Rezende, em companhia dos delegado Jader José Souza da Delegacia de Homicídios que está respondendo pela Regional de Bacabal e o delegado de Vitorino Freire, Samuel Antonio Morita Nocko.

## JUSTIÇA

**Vara de Execuções Criminais inicia correição geral**

A Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas (Rua dos Guriatãs, 18, Renascença II), deu início ontem, dia 1º, à correição geral ordinária que se estende até o próximo dia 10. Em edital, o juiz da unidade, Jamil Aguiar da Silva, informa que reclamações a respeito de irregularidades, bem como sugestão sobre o funcionamento da Vara ou sobre os procedimentos e atividades de servidores da Justiça lotados na unidade devem ser encaminhadas por escrito à secretária da correição, Maria de Fátima Melo de Oliveira.

Em portaria que trata da Correição, o magistrado determina à secretária da correição a expedição do edital anunciando a ação e convidando autoridades locais e sociedade a apresentar as sugestões e reclamações que julguem pertinentes.

Aguiar orienta ainda que

sejam convidados para acompanhar os trabalhos representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MA, bem como advogados militantes na unidade judicial.

Na portaria, o juiz estipulou o prazo de até 24 horas antes do início da correição para o encaminhamento de todos os processos em tramitação na Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas para a Secretaria.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, o corregedor geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, o secretário de Segurança Pública e o secretário adjunto de administração penitenciária foram oficiados sobre a realização da Correição.

De acordo com informações da Vara, tramitam atualmente na unidade 3.500 processos.

**MARANHENSE****Mont'Alverne Frota é o mais novo cidadão**

Em sessão solene ontem, quinta-feira, 2, a Assembleia Legislativa concedeu título de Cidadão Maranhense ao advogado, economista e escritor Francisco Marialva Mont'Alverne, em reconhecimento aos honrosos trabalhos por ele desenvolvidos em prol do Maranhão. A solenidade, solicitada pelo deputado Joaquim Haickel (PMDB), foi presidida pelo deputado Marcelo Tavares (PSB).

Em discurso de saudação, Joaquim Haickel descreveu a personalidade do homenageado a partir do seu próprio nome, muito bem definido pelo escritor maranhense Jomar Moraes, "cujo extenso e eufônico nome é um verso alexandrino perfeito, marcado pela cesura que o divide em dois corretos hemistíquios".

Joaquim Haickel também fez um resgate histórico da vida de Mont'Alverne desde as suas origens em Sobral (CE), passando por sua graduação em Direito na Univer-

sidade Federal do Ceará, em 1966, até chegar à sua trajetória no Maranhão, onde já mora há 40 anos, tornando-se cidadão ludovicense em 20 de março de 2002.

"Aqui trabalha, aqui se casou, constituiu família, tornou-se professor universitário, escreveu nos jornais, publicou livros, tornou-se membro efetivo da Academia Maranhense de Letras e agora recebe o honroso título de Cidadão Maranhense outorgado por essa Assembleia Legislativa", destacou Joaquim.

Joaquim destacou fatos culminantes e exemplares da vida de Mont'Alverne, sendo um deles a doação de 1.100 exemplares dos livros que acumulou durante a sua vida à Biblioteca da Academia da Polícia Militar Gonçalves Dias. Outras peculiaridades da vida de Mont'Alverne também foram lembradas pelo parlamentar, das quais um problema de saúde que o levou a ser submetido a uma cirurgia no pulmão.

"Eis a vida do novo Cidadão Maranhense, dedicada às

letras, à organização jurídico-administrativa do Porto do Itaqui e à nobre causa da educação superior em nosso estado. Para mim, é motivo de justo contentamento ter proposto o Projeto de Resolução Legislativa que concede a você o título de Cidadão Maranhense, reconhecendo, assim, a sua dedicação à cultura, ao desenvolvimento econômico e à educação do Maranhão", afirmou Joaquim Haickel.

Em seus agradecimentos, Monta'Alverne Frota disse estar tomado por uma imensa paz por cumprir mais uma etapa do seu destino, o de ser maranhense. "Sinto que há, como agora, uma perfeita convergência entre a maré montante de meus sonhos e a tessitura dos fios do destino da minha vida. Não há local mais honroso para mim que este anfiteatro, ágora das decisões do povo maranhense", enfatizou ele.

Mont'Alverne agradeceu ao deputado Joaquim Haickel, seu confrade da Academia Maranhense de Le-

tras, pelo gesto que o deixou orgulhoso, ampliando os agradecimentos a todos os deputados que aprovaram a concessão do Título de Cidadão Maranhense. "Com inabalável devoção ao Maranhão, terra que escolhi porque quis, para amá-la e servi-la, sem dela me servir".

A sessão solene contou com a presença de várias autoridades, dentre as quais o secretário municipal de Turismo, Liviomar Macatrão Pires, representando o prefeito municipal João Castello; o reitor da Universidade Federal do Maranhão, Natalino salgado; o promotor de Justiça Márcio Thadeu, o juiz Manoel Aureliano; o desembargador federal Alberto José Tavares Vieira da Silva; os desembargadores Lourival Serejo e Milson Coutinho; o presidente da Academia Maranhense de Letras em exercício, escritor e jornalista Benedito Buzar; o professor Gustavo Costa, vice-reitor da Universidade Estadual do Maranhão, parlamentares familiares e amigos do homenageado.

## MA atinge R\$ 17,2 mi em acordos de conciliação

O Maranhão atingiu R\$ 17.286.680,64 em 2.657 acordos homologados na Semana Nacional da Conciliação. O levantamento abrange os três primeiros dias de trabalho e foi divulgado ontem, quinta-feira, 2, pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. De segunda a quarta-feira, público de 13.010 pessoas foram atendidas em varas, juizados e unidades de conciliação na interior e capital.

Para os cinco dias de conciliação no estado estão agendadas cerca audiências 14 mil audiências. A semana mobiliza 77 comarcas, 28 juizados especiais e 101 varas do Judiciário maranhense.

Relatório parcial entregue ao CNJ - parceiro da Corregedoria nas ações de conciliação - mostra que até ontem, 1º, ocorreram 5.234 audiências de 5.779 agendadas. As audiências de conciliação pré-processuais, enquanto isso, chegaram a

1.395 das 1.425 marcadas.

Os números são representativos também na área criminal. Há registro de 662 audiências de 860 designadas, 224 sentenças homologatórias de transação penal, 152 decisões em nível de composição civil e 6 homologações de suspensão de processo.

O corregedor destaca a presença maciça de juízes estaduais no evento (248 de um total de 272 magistrados), 316 conciliadores e 1.184 colaboradores. O total de participantes da semana pode chegar a 2 mil pessoas, estima Guerreiro Júnior.

O 3º Juizado do Bairro de Fátima possui o maior número de audiências em São Luís, ou 262. Pinheiro traz como novidade audiências noturnas e é líder entre as comarcas do interior com 900 audiências marcadas. A 1ª Vara de Barra do Corda terá 644 e é seguida pela 2ª Vara de Pedreiras, com 504.

## **06** AUDIÊNCIAS

# **Mutirão Previdenciário em 4 comarcas**

234 AUDIÊNCIAS

## Mutirão Previdenciário em 4 comarcas

Mutirão Previdenciário em Paraibano - e que também abrangem as comarcas de Colinas, Pastos Bons e São Domingos do Maranhão - resultou em 232 audiências de conciliação, instrução e julgamento, entre as quais 224 chegaram a acordo ou julgamento. As ações ocorreram de 22 a 26 de novembro.

O julgamento das ações previdenciárias em tramitação nas quatro comarcas foi o foco da iniciativa idealizada pelos juízes Mirella Freitas (Paraibano), Marcelo Oka (Colinas), Clenio Correa (São Domingos Do Maranhão) e Silvio Nascimento (Pastos Bons).

Os acordos firmados possibilitarão que sejam implantados 151 benefícios de aposentadoria por idade e por invalidez, auxílio-doença, auxílio-maternidade, o benefício de prestação continuada (loas) e o pagamento R\$

735.781,00 aos beneficiários, a título retroativo.

O procurador federal Mário Amorim e o preposto do INSS Flávio Samuel Pinto estiveram no mutirão.

A Corregedoria Geral da Justiça disponibilizou transporte para o deslocamento dos juízes e enviou camisas padronizadas aos servidores das comarcas.



Juízes e servidores da comarca de Paraibano, 224 acordos e julgamentos durante Mutirão



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2010  
Processo n.º. 18.893/10**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO**, por ITEM, para Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços Técnicos de Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas de Informação e demais serviços correlacionados, no dia **17/12/2010, às 11:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua de Nazaré, 173, Centro, CEP 65.010-410, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 30 de novembro de 2010.  
**JOANNE DIAS CUNHA**  
Pregoeira TJ/MA

## Tribunal aprova 10 relatórios de correição

O Tribunal de Justiça aprovou, por unanimidade, 10 relatórios de correições feitas este ano em comarcas e varas pela Corregedoria Geral da Justiça. Os documentos foram apresentados ao Pleno do TJMA pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior, quarta-feira. Outros 37 relatórios de atividades correcionais haviam sido acatados em sessões anteriores.

Os desembargadores José Joaquim Figueiredo e Raimunda Santos Bezerra cumprimentaram o corregedor pelo volume de correições realizadas neste ano. “Vossa Excelência conseguiu superar, e com folga, os 30% de comarcas a serem fiscalizadas a cada ano”, disse Figueiredo.

O percentual a que se referiu é o mínimo determinado no Código de Normas da Corregedoria. Compete ao corregedor – pessoalmente ou por seus juizes auxiliares – realizar correição geral ordinária anual em pelo menos um terço das comarcas do estado.

“A correição é boa para o jurisdicionado e para o juiz, que se sente valorizado em seu trabalho”, observou a desembargadora.

Com base nos relatórios, José Joaquim Figueiredo, contudo, atentou para práticas irregulares na 2ª Vara de Bacabal, que “não realiza audiências às sextas-feiras”.

## Condenação

**AÇAILÂNDIA** - A empresa de transportes Expresso Guanabara terá de pagar R\$ 76 mil e uma pensão mensal de cinco salários mínimos a um adolescente vitimado por um ônibus. A decisão é da 2ª Câmara Cível do TJ, em sessão realizada terça-feira (30), em que negou recurso da Guanabara pedindo a reforma da decisão de primeira instância. O acidente aconteceu em janeiro de 2003, quando o coletivo da empresa seguia de Açailândia para Santa Luzia e estaria com defeito no bagageiro. A vítima, à época com 15 anos, trafegava de bicicleta pelo acostamento da rodovia e foi atingida.

# MP acionará Prefeitura por liberação de bandeira 2

**Tarifa, usada à noite, nos fins de semana e feriados, está sendo cobrada todos os dias deste mês, com base em portaria da SMTT**

A promotora especializada em Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcanti, afirmou ontem que ajuizará ações judiciais contra a Prefeitura de São Luís, que baixou a portaria nº 134, de 22 de novembro deste ano, que autoriza a cobrança de tarifa categoria bandeira dois, pelos permissionários nos serviços de transporte de passageiros em táxi, durante todo este mês. A superintendente de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon), Denise Gasparinho, já havia considerado a cobrança abusiva, afirmando que o procedimento adotado pela Prefeitura pode ser ilegal, pois caracteriza uma cobrança excessiva imposta ao consumidor. Desde quarta-feira, dia 1º, a tarifa mais cara é cobrada na capital.

De acordo com Lítia Cavalcanti, a portaria é inconstitucional e não dispõe de amparo legal para ter sido consolidada. "A população é quem fica à mercê dessa situação. Não há legalidade na portaria. Isso é um desrespeito até a nossa capacidade de pensar", contestou.

A promotora afirmou que ajuizará ações hoje no Tribunal de Justiça contra a Prefeitura, no entanto, ela não quis revelar quais tipos de ações serão ajuizadas. "Vamos entrar com fiscalização. A Justiça deverá ter uma sensibilidade maior no que diz respeito ao consumidor", acrescentou.

Ela disse que a portaria causou espanto ao Ministério Pú-

blico, pois foi divulgada na mesma data do início da validação. "Divulgar a portaria na data em que começa a vigorar demonstra um pouco de malícia. Ocorreu exatamente para não termos tempo de discutir a questão. A Justiça tem de barrar essa arbitrariedade", afirmou.

**Câmara** - Ela também cobrou um posicionamento da Câmara dos Vereadores e garantiu que acionará a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Hoje, a bandeirada (taxa cobrada pelo uso de táxi) é fixada no valor de R\$ 2,50. A tarifa por quilômetro na bandeira um custa R\$ 1,60 e na bandeira dois, R\$ 1,80.

Dezenas de usuários reclamaram da tarifa bandeira dois, afirmando que é abusiva e que fere o Código de Defesa do Consumidor. Na quarta-feira, a superintendente do Procon, Denise Gasparinho, aconselhou usuários a solicitarem o recibo ao taxista, para eventual ressarcimento de valor indevidamente cobrado. No recibo, deve ser mencionada a base para tal valor, ou seja, se foi bandeira um ou dois, além da identificação clara do prestador de serviços.

O Estado manteve contato com a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), para tratar sobre o assunto, mas a Secretaria não respondeu aos questionamentos solicitados.

## Fala, taxista

**Você concorda com a cobrança da tarifa bandeira dois em tempo integral até o fim deste mês?**

**"Sim. Pois a tarifa que regulariza nossa atividade está em defasagem há muito tempo"**



José Reis

**"Acredito que vale a pena, sim. Pois assim como todo trabalhador tem direito ao 13º salário, nós também merecemos uma ajuda de custo"**



Washington Gomes Nascimento

**"Sou muito imparcial nessa questão. Posso até cobrar o valor, mas se o cliente não aceitar, não insistirei. A palavra dele é a que vale"**



José Felipe Vieira

# Maranhão sedia seminário nacional de ajustamento de conduta no serviço público

Evento promovido pelo Tribunal de Justiça tem a participação de representantes de 12 órgãos públicos de todo o país; encerramento acontece hoje, no Quality Hotel

**C**om o apoio institucional do Tribunal de Justiça, representantes de órgãos públicos de 12 estados de todo o Brasil participam, desde ontem, no Quality Hotel, do seminário nacional “Meios Alternativos de Resolução de Incidentes Disciplinares”, voltado para a discussão do sistema de ajustamento de conduta disciplinar no serviço público.

O evento, que prossegue hoje, tem como tema central o ajustamento de conduta no ambiente disciplinar, bem como o estudo de outros instrumentos alternativos que permitem resolver os

incidentes com resultado e segurança jurídica, visando à normalidade do serviço público.

Na abertura, o presidente do TJMA citou dados referentes aos processos administrativos disciplinares envolvendo servidores e magistrados, durante a atual gestão, defendendo a importância de se adotar uma política de controle disciplinar que seja eficiente não apenas para punir, mas corrigir as possíveis irregularidades que surgem, envolvendo aqueles que atuam na prestação do serviço público.

“É uma forma de moralizar e

promover o correto funcionamento do Judiciário, reduzindo possíveis irregularidades praticadas no exercício de nossas atividades. É impossível evitar que aconteçam. Assim, faz-se necessário corrigi-las e adotar medidas eficientes, visando a orientar, controlar e corrigir as deficiências”, enfatizou.

Divulgação



Jamil Gedeon e professor Léo da Silva, que recebe o Manual Disciplinar

## Programação

### Hoje

9h	Trabalhos técnicos
10h15	Coffee break
10h30 às 12h	Trabalhos técnicos
12h	Almoço livre
15h	Continuidade dos trabalhos
16h	Intervalo para café
16h20	Esclarecimentos finais
17h	Encerramento e entrega de certificados

O seminário é coordenado e ministrado pelo professor de Direito, Léo da Silva Alves (Consultoria em Gestão Governamental Da Silva & Alves), especializada em treinamento na área de controle da responsabilidade de

agentes públicos que há 20 anos treina os quadros do Governo Federal, do Congresso Nacional, dos Tribunais Superiores, de governos estaduais, de autarquias e de empresas públicas de todo o país.

O consultor reconheceu o mérito da iniciativa do TJMA de instituir a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias e o Regulamento Disciplinar dos Servidores. "Ambas as iniciativas demonstram a visão de modernidade e planejamento do gestor. Uma atitude que merece o nosso reconhecimento e funciona como uma referência para todo o país", disse.

**Homenagem** - O presidente do TJMA foi homenageado pela consultoria por adotar práticas que incentivam o ajuste da conduta disciplinar no Judiciário. A placa de homenagem foi entregue pela representante da comissão permanente de Processos Administrativos Disciplinares da Corregedoria do Distrito Federal, Glenda Warmiling.

O professor Léo da Silva também foi homenageado pelo Tribunal de Justiça, em reconhecimento a sua contribuição na implantação da política de controle disciplinar do órgão.

Para a coordenadora de Processos Administrativos Disciplinares do TJMA, Claudia Katherine Anchieta, o encontro no Maranhão vai servir para avaliar o modelo de ajustamento de conduta adotado nas mais importantes estruturas da administração pública, como o Poder Judiciário, e para fornecer elementos que resultaram em experiências aproveitadas, por exemplo, pelo Judiciário maranhense.

- **A promotora** Lítia Cavalcanti (Defesa do Consumidor) vai mesmo ingressar na Justiça contra a autorização para táxis usarem bandeira 2 em dezembro.

## Saudade

A Coluna registra com saudade a morte do advogado e jornalista José Jámenes Ribeiro Calado (foto), que hoje completa 2 anos. Apaixonado pelo júri popular, Jámenes morreu a 40 minutos de iniciar questão de um cidadão que o procurou para defendê-lo. Se não morreu em pleno exercício profissional, como por várias vezes declarou que era seu maior desejo, morreu na porta do Tribunal do Júri Popular. Ele foi vítima de um ataque cardíaco fulminante. Até hoje, seus verdadeiros amigos se lembram de momentos marcantes do advogado, do jornalista (cronista esportivo) e do amigo que sempre tinha uma boa conversa a qualquer hora. Jámenes era um homem inteligente e educado. O segredo da morte continua intocável, só Deus conhece sua verdade. A Coluna (o titular) tem a certeza que todos vivem exatamente o tempo permitido por Deus. Nem mais, nem menos um dia. Só o tempo exato. E não foi diferente com o amigo querido e respeitado José Jámenes Ribeiro Calado. Até o dia do juízo final.

A viúva Celeste Bouéres, as filhas Jamille e Juliana e o irmão José Moanezer, saudosos e ainda chorosos pela perda inesquecível, mandam celebrar missa em intenção de sua alma, hoje, às 17h, na Igreja do Carmo, no Centro, e convidam a todos para se fazer presentes.

Arquivo



## **BANDEIRA 2**

**Ministério Público aciona Justiça  
contra taxista olho gordo**

**PÁGINA 4**

## MP aciona a Justiça contra taxista olho gordo

A promotora de Justiça Lítia Cavalcanti, da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor, informou na manhã desta quinta-feira, 2, que irá ingressar com ações na Justiça contra ato da Prefeitura de São Luís que autorizou, por meio de portaria, os motoristas de táxi a cobrarem tarifa bandeira 2 o dia inteiro durante todo o mês de dezembro.

Segundo a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), a medida teria o objetivo de compensar supostas perdas dos taxistas, prejudicados pelo fato de que, desde 2006, não há reajuste na tarifa do táxi. Atualmente, os preços cobrados são de R\$ 2,50, a taxa por utilização do táxi (bandeirada), mais R\$ 1,60 por quilômetro na bandeira 1 ou R\$ 1,80 na

bandeira 2.

Lítia Cavalcanti afirmou que a portaria não tem nenhum embasamento jurídico e que, por isso, tentará derrubá-la na Justiça. Ela acrescentou também que viu certa "malícia" na atitude da SMTT por não ter anunciado previamente a medida. "No dia em que entraria em vigor, é que a portaria foi divulgada. Portanto, nem houve oportunidade para discussão", observou.

A representante do Ministério Público disse que confia na sensibilidade do Judiciário para acatar a ação que irá apresentar. Afirmou ainda que não informaria o tipo de ação a ser formulada para não antecipar a defesa da Prefeitura. Ela cobrou ainda mais atitude da Câmara de Vereadores e dos consumidores, maiores prejudicados com a iniciativa do Poder Público Municipal.

DOM PEDRO

# Falta denúncia formal contra juiz

CLODOALDO CORREA

O processo de medida administrativa contra o juiz da Comarca de Dom Pedro (310 km de São Luís), Thales Ribeiro de Andrade, pode se tornar sem efeito. O motivo é que as pessoas que estariam fazendo denúncias contra o magistrado através da imprensa não apresentaram até agora nada formal. No dia 22 de outubro deste ano, o Tribunal de Justiça do Estado abriu processo administrativo para apurar as acusações de que o juiz estaria cometendo atos arbitrários.

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, disse que chamaria os denunciadores para apresentarem provas contra o juiz. Thales apresentou sua defesa. O corregedor não deu detalhes do conteúdo da defesa para não atrapalhar a apuração. Porém, uma fonte do TJ-MA disse apenas que Thales declara existir uma "orquestração política" contra ele.

Caso os denunciadores formalizem as denúncias contra o magistrado, apresentando provas, a Corregedoria ouvirá as partes, abrirá inquérito e oferecerá a acusação ao

juízo do pleno do Tribunal.

Esta foi uma resposta ao juiz José Luiz Oliveira de Almeida, que na segunda-feira (29), encaminhou um ofício ao corregedor-geral de Justiça pedindo uma atitude por conta do desgaste da imagem do Poder Judiciário ocasionada pelas denúncias contra o juiz Thales de Andrade. "Nunca testemunhei uma carga tão grande de acusações contra um magistrado, razão bastante para deflagração, desde o meu olhar, das necessárias medidas administrativas, de viés disciplinar", disse José Luiz em um trecho do documento.

Guerreiro Júnior aproveitou para esclarecer que a prisão do juiz afastado pelo TJ-MA, Jorge Moreno, durante ato público contra Thales Ribeiro, não foi imposição deste. Moreno teria organizado o manifesto e durante a confusão, desacatado e agredido fisicamente um policial a trabalho. O corregedor disse que foi o policial que deu Voz de prisão ao ex-juiz.

Os juízes parecem estar afinados com o pensamento da Corregedoria de que somente a apuração das

denúncias, que devem ser formalizadas, vai dizer quem está certo ou errado. O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, o juiz Gervásio Protásio, condenou as acusações, que classificou como "campanha" das partes que se sentiram prejudicadas em decisões de Thales. "Todas estas acusações foram feitas por pessoas que se sentiram prejudicadas em decisões tomadas pelo juiz Thales. Porém, esta campanha feita na imprensa não é a maneira adequada de protestar. As decisões do juiz foram tomadas em processos judiciais e em nada vai contribuir para estas pessoas as manifestações na imprensa. A única forma de tentar mudar uma decisão judicial é através de recurso", enfatizou.

O IMPARCIAL tentou manter contato telefônico com o juiz Thales Ribeiro de Andrade, mas não obteve sucesso.

## Acusações

Thales Ribeiro é acusado de, a pedido da prefeita de Dom Pedro, Arlene Costa (PDT), determinar ao delegado de polícia do município, Otávio Cavalcante Chaves Filho, cumprir mandado de busca e apreensão, executando ação ordinária proposta pelo município contra o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Dom Pedro, Josselândia, Santo Antonio dos Lopes e Senador Alexandre Costa. A operação culminou com a apreensão de uma moto de Ivanildo Rosa Sobral, cunhado de Vera Alves, presidente da entidade.

A execução foi em decorrência de o juiz ter declarado irregular a greve deflagrada pelos professores de Dom Pedro. A sindicalista disse que a apreensão do veículo foi uma maneira encontrada pelo magistrado de cobrar uma dívida de R\$ 70 mil, aplicada contra ela, referente a uma multa diária de R\$ 5 mil, imposta em 27 de setembro. Em maio deste ano, o TJ impôs pena de censura a Thales Ribeiro pelo fato de ele não morar Dom Pedro, comarca em que atua.

## Juízes condenados

Se o caso de Thales Ribeiro for parar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sua situação pode ficar



**CORREGEDOR GUERREIRO JÚNIOR  
CHAMARÁ DENUNCIANTES**

bem mais complicada. Já houve casos semelhantes de juízes no Maranhão que acabaram condenados por irregularidades. No ano passado, o juiz Abrahão Lincoln Sauáia foi afastado de suas funções pelo CNJ acusado de cometer várias irregularidades, entre elas, decisões de valores altíssimos em indenizações contra bancos e empresas.

Em fevereiro deste ano, foi a vez de José Arimateia Correia Silva, também da 5ª Vara Cível. Ele foi acusado de cometer irregularidades ao liberar ou bloquear valores vultosos de empresas. O juiz Reinaldo de Jesus Araújo, da 7ª Vara Criminal de São Luís, foi afastado sob acusação de julgar com parcialidade ação de execução de dívida contra a Empresa Maranhense de Recursos Humanos e Negócios Públicos.

*Caso os denunciantes formalizem as denúncias contra o magistrado, apresentando provas, a Corregedoria ouvirá as partes, abrirá inquérito e oferecerá a acusação ao julgamento do pleno do Tribunal*

■ O desembargador Lourival Serejo foi homenageado pela militância e contribuição na implantação dos juizados especiais no Maranhão, durante as solenidades comemorativas do 15º ano do XXVIII Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje), em Salvador (BA).

■ Os fundadores do Fórum foram homenageados na pessoa do desembargador Serejo, que acompanha o evento desde o primeiro encontro.

■ A Associação está enviando carta ao Presidente da República para que o projeto não seja sancionado.

■ A promotora de Justiça Lítia Cavalcanti, da Defesa do Consumidor, informou na manhã ontem que irá ingressar com ações na Justiça contra ato da Prefeitura de São Luís que autorizou aos taxistas cobrarem bandeira 2 o dia inteiro no mês de dezembro.

■ Segundo a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), a medida teria o objetivo de compensar supostas perdas dos taxistas, prejudicados pelo fato de que, desde 2006, não há reajuste na tarifa do táxi.

Atualmente, os preços cobrados são de R\$ 2,50, a taxa por utilização do táxi (bandeirada), mais R\$ 1,60 por quilômetro na bandeira 1 ou R\$ 1,80 na bandeira 2.

CRIME

# Multa de trânsito do Rio revela clonagem de carro

**SANDRA VIANA**

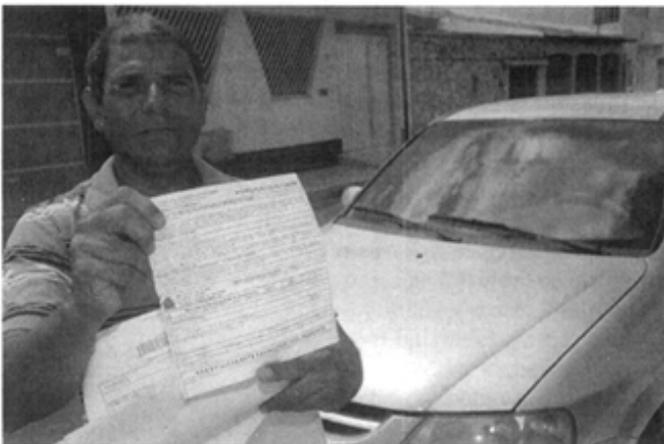
O carro é de São Luís, mas a multa foi enviada do Rio de Janeiro. O mais interessante é que o dono do carro mora e trabalha em São Luís e no dia da suposta multa estava em um posto no bairro Outeiro da Cruz abastecendo o veículo. Quando recebeu o documento e se dirigiu ao Detran-MA teve a surpresa: pode ter sido vítima de clonagem do veículo. A vítima foi o motorista Antônio Pereira Neto, 53 anos, residente no bairro Planalto Anil II. O motorista ficou surpreso com uma cobrança de multa no valor de R\$ 85,13, e menos quatro pontos na carteira de habilitação. Antônio disse desconhecer a multa, mais ainda o fato da cobrança ter origem do Detran do Rio de Janeiro. O problema, ainda não resolvido pelas autoridades competentes, tem tirado o sono do motorista. Mesmo

com seu IPVA 2010 pago, Antônio não recebeu o documento devido à infração. Ele não tem utilizado o veículo por medo de ser pego em blitz. Ele diz ter registrado a ocorrência e procurado o Detran local. Mas, até agora, não teve solução para o caso.

O motorista ficou indignado com o que classificou de descaso dos órgãos procurados. Segundo ele, tanto a polícia quanto o Detran não teriam dispensado a devida atenção ao problema por ele reclamado. Na polícia, apesar de ter registrado a ocorrência, não obteve orientação para resolver o caso; no Detran, lhe foi dito para procurar o órgão no Rio de Janeiro, local de origem da suposta multa. O veículo, um Celta cinza de placas HPJ-8463, está sem uso.

O documento recebido por ele mostra que a infração foi registrada dia 14 de julho deste ano, na Avenida Cesário de Melo, Rio de Janeiro.

O documento foi emitido pela Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro. Segundo o documento, a multa teria sido emitida por direção imprudente, pois o condutor estaria ao telefone utilizando fone de ouvido, enquanto conduzia o veículo. Antônio registrou a ocorrência na Polícia Interestadual (Polinter), na Vila Palmeira. Em seguida, dirigiu-se ao Detran. Diante da falta de solução, o motorista cogitou denunciar o caso ao Ministério Público. A reportagem conversou com o Detran-MA, que por meio de sua assessoria, orientou o motorista a registrar a ocorrência na delegacia, acionar a Justiça e enviar um documento oficial ao Detran local requisitando a intermediação junto ao órgão no Rio de Janeiro, a fim de resolver o mais breve possível o caso.



**ANTÔNIO PEREIRA ESTÁ SURPRESO COM A MULTA DE TRÂNSITO**

Desde quarta-feira, portaria da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) autoriza taxistas a cobrar todas as corridas pela tarifa de bandeira 2, até o fim de dezembro. A medida tem gerado conflitos de opinião entre sindicato, taxistas e usuários.



**PÁGINA 14**

TÁXI

# Conflitos marcam uso de tarifa

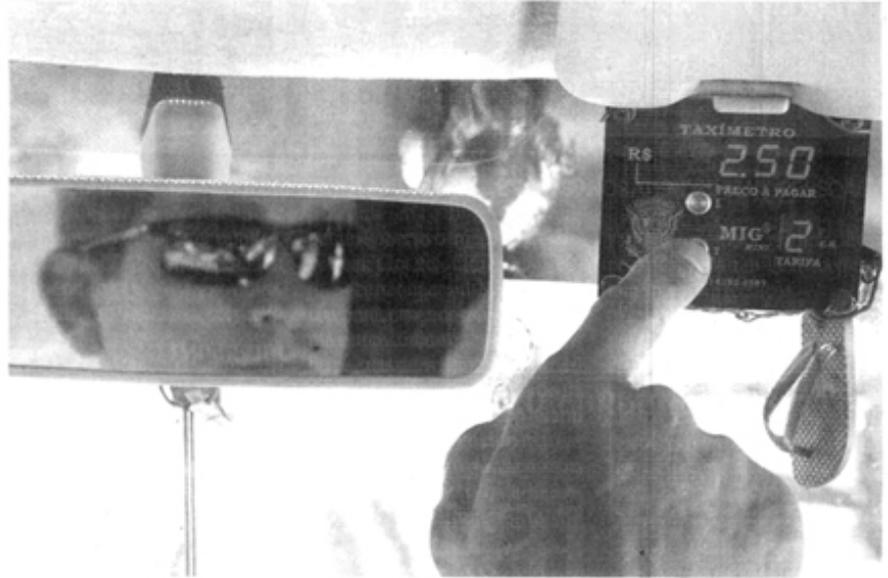
LUANA SERRA

Desde quarta-feira, através da Portaria 134, emitida pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), os taxistas estão autorizados a cobrar todas as corridas pela tarifa de bandeira 2. A decisão dura até o fim de dezembro e já em seus primeiros dias tem gerado conflitos de opinião entre sindicato, taxistas e usuários. O aposentado José Benedito, passageiro esporádico dos táxis, não gostou nada da mudança. "Eu acho isso um absurdo. Não concordo com o aumento" disse.

Os taxistas também não se mostram satisfeitos com o reajuste temporário de bandeira. A pouca divulgação da decisão para os clientes é apontada pelo taxista Almir Cruz como causa de muitos conflitos entre motoristas e passageiros. "O cliente não aceita o aumento e acabamos deixando o preço normal", disse. Com a recusa de muitos usuários em pagar pela bandeira 2, muitos taxistas acabam por nem mudar o taxímetro a fim de não perder a clientela.

José Antonio, presidente do Sindicato dos Taxistas, admite as confusões entre passageiros e motoristas e aponta a negociação como saída. "O motorista tem que saber negociar e o cliente merece todo respeito". Para o presidente, a mudança temporária serve como um benefício dado pelos usuários. "É uma espécie de 13º salário dado pela prefeitura através da população", diz o presidente. O presidente aponta ocorrer uma mudança de no máximo 13% no valor total da corrida e da um exemplo.

NEYDSON MOREIRA/IMP.D.A PRESS



TAXISTA ALMIR CRUZ APONTA A POUCA DIVULGAÇÃO DA PORTARIA COMO FONTE DE CONFLITOS

Uma corrida com R\$ 10 de custo passa hoje a valer R\$ 11,30 centavos.

O taxista Flavio Cunha Santos cita a decisão como insuficiente. "Não resolve nada, apenas gera problemas com o cliente", disse. Para Flavio, a categoria deseja o aumento fixo da tarifa e não apenas uma mudança temporária. José Antônio Pereira afirmou que há 4 anos não é feito este reajuste e cita a Portaria 134 como uma forma também de compensar os motoristas pelas perdas sofridas neste período.

## MP irá à Justiça

E mais confusão vem aí. A promotora de Justiça Lítia Cavalcanti, da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor, informou, ontem pela manhã, que irá ingressar com ações na Justiça contra ato que autorizou, por meio de portaria, os motoristas de táxi a

cobrarem tarifa bandeira 2 o dia inteiro durante todo o mês de dezembro. Segundo a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), a medida teria o objetivo de compensar supostas perdas dos taxistas, prejudicados pelo fato de que, desde 2006, não há reajuste na tarifa do táxi. Atualmente, os preços cobrados são de R\$ 2,50, a taxa por utilização do táxi (bandeirada), mais R\$ 1,60 por quilômetro na bandeira 1 ou R\$ 1,80 na bandeira 2. Lítia Cavalcanti afirmou que a portaria não tem nenhum embasamento jurídico e que, por isso, tentará derrubá-la na Justiça. A representante do Ministério Público disse que confia na sensibilidade do Judiciário para acatar a ação que irá apresentar.

# TJ aprova relatórios de correição em comarcas

O Tribunal de Justiça aprovou, por unanimidade, dez relatórios de correições feitas este ano em comarcas e varas pela Corregedoria-Geral da Justiça. Os documentos foram apresentados ao Pleno do TJMA pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior, na quarta-feira, 1º. Outros 37 relatórios de atividades correcionais haviam sido acatados em sessões anteriores.

Os desembargadores José Joaquim Figueiredo e Raimunda Santos Bezerra cumprimentaram o corregedor pelo volume de correições realizadas em 2010. “Vossa Excelência conseguiu superar, e com folga, os 30% de comarcas a serem fiscalizadas a cada ano”, disse Figueiredo.

O percentual a que se referiu é o mínimo determinado no Código de Normas da Corregedoria. Compete ao corregedor – pessoalmente ou por seus juízes auxiliares – realizar correição geral ordinária anual em pelo menos um terço das comarcas do estado.

“A correição é boa para o jurisdicionado e para o juiz, que se sente valorizado em seu trabalho”, observou a desembargadora.

Com base nos relatórios, José

Joaquim Figueiredo, contudo, atentou para práticas irregulares na 2ª Vara de Bacabal, que “não realiza audiências às sextas-feiras”, e na vara única de Bom Jardim, onde foram detectados processos “sem despacho há dois anos”.

Guerreiro Júnior disse ter fixado prazo para mudanças e correções nas varas em que os juízes auxiliares da CGJ encontraram “eventuais deficiências e irregularidades sanáveis”. José Joaquim Figueiredo concordou que esses fatos só puderam ser apurados em razão das correições bem-feitas.

Os relatórios de correições recentes incluem as comarcas de São Luís (1ª Vara da Fazenda Pública e 1ª Vara Criminal), Bacabal (1ª e 2ª Varas) e Imperatriz (2º Juizado Especial). O material pode ser consultado nos sites do Tribunal e da Corregedoria, no link Acesso Rápido / Correições CGJ.

**Os dez relatórios aprovados** – Bom Jardim, Santa Luzia do Paruá, São Raimundo das Mangabeiras, São João dos Patos, São Luís (1ª Vara da Fazenda Pública e 1ª Vara Criminal), Bacabal (1ª e 2ª Varas), Imperatriz (2º Juizado Especial) e Montes Altos.

## **CASO EUOMAR**

# Acordo leva Volkswagen a doar 6 veículos e 900 mil para a segurança

A empresa Volkswagen entregou ontem à Secretaria Estadual de Segurança Pública seis veículos modelo Amarok e a quantia de R\$ 900 mil. A doação faz parte do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a empresa e o Ministério Público do Estado, devido ao resultado do inquérito e ação civil movida contra a empresa no Maranhão. A Volkswagen é acusada de sonegação de impostos devido à venda de veículos que ocorreram até o dia 28 de fevereiro de 2009. **ÚLTIMA PÁGINA**



Secretário Aluisio, promotora Lítia e outras autoridades com os veículos doados pela Volkswagen do Brasil, fruto de acordo com o MP

## CASO EUROMAR

# Volkswagen doa seis veículos e 900 mil para Secretaria de Segurança Pública

*A entrega das doações foi um acordo firmado entre a empresa e o Ministério Público*

**POR VALQUÍRIA FERREIRA**

A empresa Volkswagen entregou ontem à Secretaria Estadual de Segurança Pública seis veículos modelo Amarok e a quantia de R\$ 900 mil. A doação faz parte do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a empresa e o Ministério Público do Estado, devido ao resultado do inquérito e ação civil movida contra a empresa no Maranhão. A Volkswagen é acusada de sonegação de impostos devido à venda de veículos que ocorreram até o dia 28 de fevereiro de 2009.

De acordo com a promotora de Direito do Consumidor Lítia Cavalcante, a conquista dessas doações foi devido ao TAC firmado com a empresa. "Com muita luta conseguimos a ajuda da empresa, que doou veículos e recursos para o setor que precisa de atenção. É muito importante que órgãos como o IML e o Icrim sejam ajudados, pois não há processo sem perícia", destacou a promotora.

Dos veículos doados, um vai ser usado na Corregedoria Geral, dois no Grupo Tático Aéreo (GTA), e três na Perícia Técnica. O dinheiro do-

ado já foi depositado na conta do governo do Estado para melhorias da estrutura física do IML e Icrim. "Esta é uma forma da Volkswagen nacional melhorar sua imagem diante dos clientes ludovicenses, apesar das acusações dos crimes terem sido atribuídas a um sócio de nossa empresa. Ficamos felizes por podermos ajudar a quem precisa", disse Eduardo Barros, diretor Jurídico da empresa Volkswagen.

Durante a coletiva, realizada na tarde de ontem, no auditório da Secretaria de Segurança Pública, a promotora Lítia Cavalcante disse que firmou outro TAC com a empresa para conceder o bônus de R\$ 1 mil para os clientes que compraram veículos, até o dia 28 de fevereiro de 2009. O valor pago será para compensar os problemas que cada cliente passou ao adquirir o carro na Concessionária Euromar. O bônus será pago aos clientes por meio da Promotoria de Defesa do Consumidor, através de edital a ser publicado.

**Processo contra a empresa** – O delegado geral, Nordman Ribeiro, informou que o inquérito do caso

foi encaminhado à Justiça, juntamente com as provas dos crimes.

Em relação ao problema de emplacamento de carros, a promotora Lítia Cavalcante, que não faz mais parte do grupo que investiga o caso, informou que os problemas continuam por causa de fraudes que ocorrem no Detran-MA. "Essa fraude só aconteceu no Maranhão porque houve parceria do Detran, e existe, há mais de 20 anos. O diretor do Detran devia fazer uma auditoria para tentar resolver esse problema", afirmou Lítia Cavalcante.



Veículos doados para a Segurança Pública em acordo feito entre a Volkswagen e a Justiça

## Homenagem

● O desembargador Lourival Se-rejo foi homenageado pela mili-tância e contribuição na implan-tação dos juizados especiais no Maranhão, durante as solenida-des comemorativas do 15º ano do XXVIII Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje) que aconteceu de 24 e 26 de novem-bro, em Salvador, reunindo ma-gistrados com atuação nesses ór-gãos de todo o país.

**SOBE** ↑

O desembargador Lourival Serejo foi homenageado pela militância e contribuição na implantação dos Juizados Especiais no Maranhão, durante as solenidades comemorativas do 15º ano do XXVIII Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje) que aconteceu de 24 e 26 de novembro, em Salvador, reunindo magistrados com atuação nesses órgãos de todo o país.

## ***Corregedor diz que ainda não recebeu denúncia contra o juiz Thales Ribeiro***

O desembargador-corregedor Antonio Guerreiro Júnior disse na quarta-feira (1º) que a Corregedoria Geral da Justiça não recebeu até o momento nenhuma denúncia formal e fundamentada de sindicatos e pessoas que fazem acusações pela imprensa ao juiz Thales Ribeiro de Andrade, da Comarca de Dom Pedro.

“Os acusadores e reclamados estão sendo chamados pela Corregedoria para que confirmem o que disseram contra o juiz”, informou o corregedor ao Pleno do Tribunal de Justiça, em resposta a ofício do desembargador José Luiz Oliveira de Almeida.

Durante a sessão plenária administrativa, o corregedor mostrou o volumoso processo, que reúne tudo o que foi publicado em jornais e blogs sobre o titular de Dom Pedro. O corregedor disse aos desembargadores ter tomado as medidas necessárias que o caso requeria.

Apesar da ausência de fatos concretos, mandou instaurar, em 22 de outubro, procedimento administrativo, de ofício – ou seja, por iniciativa própria – para apurar notícias divulgadas na mídia quanto à conduta do juiz e estabeleceu prazo de 15 dias para que apresentasse defesa.

“O processo segue normalmente. A defesa foi entregue e falta ouvir os que queiram oferecer denúncia com provas contra o juiz”, disse o corregedor.

Ainda na sessão, foi divulgada uma nova versão sobre a prisão do juiz aposentado Jorge Moreno, naquele município, durante ato público contra Thales Ribeiro.

Segundo essa versão, Moreno teria destratado e agredido fisicamente um policial a trabalho. O militar é que teria decidido pela detenção de Moreno. *(Ascom da Corregedoria do TJ-MA e Redação do JP)*

# Entidades contestam posicionamento de Guerreiro Jr. sobre 'caso Thales Ribeiro'

Acerca do posicionamento do Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Guerreiro Júnior, no plenário do Tribunal de Justiça, durante sessão plenária realizada no dia 01 de dezembro do ano em curso, entidades da sociedade civil maranhense vêm a público prestar o seguinte esclarecimento:

1 – O ato público realizado no município de Dom Pedro, no dia 23 de novembro de 2.010, foi pensado e coordenado por entidades do movimento social maranhense, como ato público de entrega de abaixo-assinado de populares de Dom Pedro, para ser encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça, a fim de apurar condutas praticadas pelo juiz Thales Ribeiro, no exercício da titularidade da comarca;

2 – Sem nenhum valor,

portanto, a alegação feita pelo Corregedor de que o ato foi coordenado e liderado pelo juiz de direito, aposentado compulsoriamente, Jorge Moreno, que estava no ato a convite da coordenação do Tribunal Popular do Judiciário/Observatório da Justiça e Cidadania apenas como observador, vinculado que é, e já devidamente homenageado por isso, às causas dos direitos humanos;

3 – Soa como irresponsável a menção feita pelo Corregedor, pois sem nenhuma base nos fatos, a informação de que a prisão do referido juiz ocorreu devido agressão praticada contra policial militar. Afirmamos e reafirmamos que a prisão do referido juiz ocorreu devido a seu posicionamento firme e seguro quanto à ilegalidade das prisões, fato presenciado por inúmeras pessoas, fotografa-

do e filmado, não existindo sequer no termo circunstanciado de ocorrência lavrado na delegacia de polícia, cujo único objetivo era dar ar de legalidade as arbitrariedades praticadas, qualquer referência a essa suposta agressão física, a não ser que o Corregedor esteja de posse de outro Termo Circunstanciado de Ocorrência;

4 – Caso seja de desconhecimento do Corregedor e de sua assessoria de imprensa, os juízes brasileiros, tanto em exercício quanto aposentados, gozam de vitaliciedade, sendo do desconhecimento da sociedade civil maranhense que Jorge Moreno esteja na categoria de ex-juiz, uma vez que não houve procedimento próprio para a perda do cargo, a não ser que o Corregedor e sua assessoria de im-

prensa tenham e sigam outra Constituição Federal;

5 – Sem fundamento também a informação de que o referido magistrado tenha sido julgado por abuso de autoridade e usurpação de funções, julgamento que foi acompanhado pela sociedade civil maranhense, amplamente divulgado na imprensa local e nacional, informação que apenas serve para distorcer a verdade dos fatos, prestando um desserviço à coletividade;

6 – Queremos reafirmar publicamente que todas as prisões foram feitas de forma arbitrária, a mando do juiz Thales Ribeiro, com o cumprimento de pronto pelos policiais militares, que sequer questionaram ordem manifestamente ilegal, o que resultará em representações formais por abuso de autoridade;

7 – As explicações feitas

pelo Corregedor no plenário do TJMA apenas servem para reafirmar o entendimento das entidades organizadoras do Tribunal Popular do Judiciário que os Órgãos Correicionais perderam por completo a atribuição isenta e imparcial de apurar e julgar as condutas praticadas pelo juiz Thales Ribeiro, problema criado e alimentado por essas instâncias, restando agora apenas endereçar a representação ao CNJ, requerendo a devida apuração dos fatos praticados pelo magistrado em questão;

8 – Por fim, queremos deixar claro que nenhuma entidade objetiva, sem nenhuma razão, criar embaraços ao exercício do poder judiciário, macular a honra de magistrados ou fazer levantes contra suas decisões. Os próprios integrantes desse poder já se encarregam disso, basta

acompanhar diariamente as notícias veiculadas em meios impressos e eletrônicos, bem como o fundamentado relatório produzido pelo Conselho Nacional de Justiça.

São Luís, 2 de dezembro de 2010

Cáritas Brasileira – Regional Maranhão

Rede de Intervenção em Políticas Públicas – RIPP  
Redes e Fóruns de Cidadania do Maranhão  
Comissão Pastoral da Terra – CPT

Comissão Justiça e Paz  
Associação de Saúde da Periferia – ASP  
Fórum Maranhense de Segurança Alimentar e Nutricional

## Leitoa destaca fórum sobre direitos humanos e política carcerária no MA

O deputado Chico Leitoa (PDT) ocupou ontem a tribuna da Assembleia Legislativa para destacar a primeira reunião do Fórum Permanente de Debates Sobre Direitos Humanos e Política Penitenciária, realizada na tarde do dia 1º, no Auditório Fernando Falcão. O deputado avalia que aconteceu um debate de boa qualidade, que culminou com a elaboração de uma carta em defesa da dignidade humana. Esta será entregue aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e principalmente à sociedade civil organizada.

Segundo Leitoa, os participantes do fórum permanente se comprometeram a lutar, junto ao Governo do Maranhão, pela criação de uma secretaria de estado, específica para tratar dos problemas da administração penitenciária. A ideia é efetivar uma instituição pró-ativa.

Para o parlamentar, a secretaria estadual de Segurança Pública – administradora do sistema penitenciário, em caráter coercitivo e punitivo - colide com o desígnio da execução penal, que é proporcionar condições para reintegração social a todos os condenados.

De acordo com o deputado, o fórum sugeriu, também, a criação de uma escola penitenciária, a construção de novas e pequenas unidades prisionais, e a realização de concurso público para ampliação do quadro efetivo dos trabalhadores do nosso sistema carcerário.

**Fundo Penitenciário** – O fórum sugeriu, ainda, o fortale-

cimento do governo na experiência como a das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). O assunto foi um dos destaques do Fórum, que citou como grande exemplo o sucesso da APAC no município de Pedreiras.

Se depender do fórum, serão criadas unidade de pronto-atendimento da segurança, da população carcerária (UPAS), para que a situação jurídica dos presos seja atualizada de forma a garantir a concessão dos benefícios legais. Foi sugerida a apuração e aceleração dos processos administrativos em curso; a criação de um comitê e mecanismo de prevenção a torturas, e de um Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária, e a estruturação e fortalecimento da atuação fiscalizadora dos conselhos penitenciários.

Por último, o fórum sugeriu a manutenção do valor do Fundo Penitenciário. Segundo eles, em 2010, o Fundo tinha uma previsão de 1 milhão e 200 mil, mas passou para apenas 154 mil, em 2011, causando sérios problemas em um setor que já tem problemas demais para administrar.

O Fórum contou com a presença do juiz Douglas Martins, do juiz das Execuções Criminais, Jamil Aguiar, do promotor Cláudio Cabral, e de representantes das entidades ligadas aos direitos Humanos no Maranhão, da Pastoral Carcerária, e de associações de familiares dos presidiários.

## ***Vale Card é o novo cartão de controle do uso da frota do TJMA***

A Divisão de Transportes do Tribunal de Justiça está distribuindo para magistrados e servidores o "vale card", novo cartão eletrônico de controle do abastecimento e da manutenção dos carros da frota oficial. Atualmente, o Judiciário estadual dispõe de 148 veículos para todo o Estado, incluindo sede administrativa, órgãos vinculados, juizados e fóruns judiciais.

O procedimento é o mesmo usado anteriormente, com senha pessoal e/ou cartão de identificação do usuário responsável. O cartão dispõe de um limite de crédito mensal, a ser estipulado pelo fiscal do contrato de acordo com a utilização de cada veículo, não podendo ser ultrapassado sem a expressa autorização do seu gestor. É ainda vedada a utilização do crédito para outro fim.

A Divisão de Transportes do TJ disponibiliza na internet, regular-

mente, relação atualizada dos estabelecimentos credenciados ao sistema de gerenciamento de abastecimento de combustíveis e manutenção preventiva e corretiva de veículos.

Segundo o chefe da Divisão de Transportes do TJ, Carlos Alberto Neves, o uso do cartão melhorou a eficácia do controle de gastos com a frota. Um relatório para avaliação do consumo será extraído semanalmente. "Para efetuar o controle do combustível faremos o monitoramento, via computador, da quilometragem, roteiro percorrido, requisitantes, horários, datas, entre outras informações", afirmou.

A medida visa racionalizar o controle interno e o uso da frota, em acordo com ato da presidência (Portaria n.º 716/2010, de 19.02.2010), que regulamenta o uso, controle, abastecimento e manutenção de veículos de uso do Judiciário Estadual.

❖❖ **Secretarias judiciais do Fórum Des. Sarney Costa estão passando por serviços de adequação do espaço físico, objetivando oferecer um ambiente de trabalho mais organizado e produtivo e a melhoria do atendimento ao público.**

❖❖ Os serviços estão sendo pela Divisão de Obras e Serviços da Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça. Em razão da infestação de cupins no local, as antigas prateleiras estão sendo substituídas por novas estantes e divisórias, mais modernos e adequados ao acondicionamento de processos. Também estão sendo feitas a troca de portas, a instalação de bancadas, mesas, rodapés e inclusão de pontos elétricos e lógicos.

## **Maranhão atinge 17 milhões em acordos de conciliação**

O Maranhão atingiu R\$ 17.286.680,64 em 2.657 acordos homologados na Semana Nacional da Conciliação. O levantamento abrange os três primeiros dias de trabalho e foi divulgado ontem, 2, pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. De segunda a quarta-feira, público de 13.010 pessoas foram atendidas em varas, juizados e unidades de conciliação na interior e capital.

Para os cinco dias de conciliação no estado estão agendadas cerca de 14 mil audiências. A semana mobiliza 77 comarcas, 28 juizados especiais e 101 varas do Judiciário maranhense.

Relatório parcial entregue ao CNJ – parceiro da Corregedoria nas ações de conciliação – mostra que até ontem, 1º, ocorreram 5.234 audiências de 5.779 agendadas. As audiências de conciliação pré-processuais, enquanto isso, chegaram a 1.395 das 1.425 marcadas.

Os números são representativos também na área criminal. Há registro de 662 audiências de 860 designadas, 224 sentenças homologatórias de transação penal, 152 decisões em nível de composição civil e 6 homologações de suspensão de processo.

O corregedor destaca a presença maciça de juízes estaduais no evento (248 de um total de 272 magistrados), 316 conciliadores e 1.184 colaboradores. O total de participantes da semana pode chegar a 2 mil pessoas, estima Guerreiro Júnior.

O 3º Juizado do Bairro de Fátima possui o maior número de audiências em São Luís, ou 262. Pinheiro traz como novidade audiências noturnas e é líder entre as comarcas do interior com 900 audiências marcadas. A 1ª Vara de Barra do Corda terá 644 e é seguida pela 2ª Vara de Pedreiras, com 504.

***Mutirão Previdenciário  
em quatro comarcas  
registra 234 audiências***

PÁGINA 10

## ***Mutirão Previdenciário em quatro comarcas registra 234 audiências***

Mutirão Previdenciário em Paraibano – e que também abrangeu as comarcas de Colinas, Pastos Bons e São Domingos do Maranhão – resultou em 232 audiências de conciliação, instrução e julgamento, entre as quais 224 chegaram a acordo ou julgamento. As ações ocorreram de 22 a 26 de novembro.

O julgamento das ações previdenciárias em tramitação nas quatro comarcas foi o foco da iniciativa idealizada pelos juízes Mirella Freitas (Paraibano), Marcelo Oka (Colinas), Clenio Correa (São Domingos Do Maranhão) e Silvio Nascimen-

to (Pastos Bons).

Os acordos firmados possibilitarão que sejam implantados 151 benefícios de aposentadoria por idade e por invalidez, auxílio-doença, auxílio-maternidade, o benefício de prestação continuada (loas) e o pagamento R\$ 735.781,00 aos beneficiários, a título retroativo.

O procurador federal Mário Amorim e o preposto do INSS Flávio Samuel Pinto estiveram no mutirão. A Corregedoria Geral da Justiça disponibilizou transporte para o deslocamento dos juízes e enviou camisas padronizadas aos servidores das comarcas.

DIVULGAÇÃO



**Juízes e servidores da comarca de Paraibano,  
224 acordos e julgamentos durante mutirão**

# Deputado faz a avaliação de Fórum de Direitos Humanos

O deputado Chico Leitoa (PDT) ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa ontem para destacar a primeira reunião do Fórum Permanente de Debates Sobre Direitos Humanos e Política Penitenciária, realizada na tarde do dia 1º, no Auditório Fernando Falcão.

O deputado avalia que aconteceu um debate de boa qualidade, que culminou com a elaboração de uma carta em defesa da dignidade humana. Esta será entregue aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e principalmente à sociedade civil organizada.

Segundo Leitoa, os participantes do fórum permanente se comprometeram a lutar, junto ao Governo do Maranhão, pela criação de uma secretaria de estado, específica para tratar dos problemas da administração penitenciária. A idéia é efetivar uma instituição pró-ativa.

Para o parlamentar, a secretaria estadual de Segurança Pública – administradora do sistema penitenciário, em caráter coercitivo e punitivo - colide com o designo da execução penal, que é proporcionar condições para reintegração social a todos os con-

denados.

De acordo com Leitoa, o fórum sugeriu, também, a criação de uma escola penitenciária, a construção de novas e pequenas unidades prisionais, e a realização de concurso público para ampliação do quadro efetivo dos trabalhadores do nosso sistema carcerário.

## FUNDO PENITENCIÁRIO

O fórum sugeriu, ainda, o fortalecimento do governo na experiência como a das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). O assunto foi um dos destaques do Fórum, que citou como grande exemplo o sucesso da APAC no município de Pedreiras.

Se depender do fórum, serão criadas unidade de pronto-atendimento da segurança, da população carcerária (UPAS), para que a situação jurídica dos presos seja atualizada de forma a garantir a concessão dos benefícios legais.

Foi sugerida a apuração e aceleração dos processos administrativos em curso; a criação de um comitê e mecanismo de prevenção a torturas, e de um Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária, e a estruturação e

fortalecimento da atuação fiscalizadora dos conselhos penitenciários.

Por último, o fórum sugeriu a manutenção do valor do Fundo Penitenciário. Segundo eles, em 2010, o Fundo tinha uma previsão de 1 milhão e 200 mil, mas passou para apenas 154 mil, em 2011, causando sérios problemas em um setor que já tem problemas demais para administrar.

O Fórum contou com a presença do juiz Douglas Martins, do juiz das Execuções Criminais, Jamil Aguiar, do promotor Cláudio Cabral, e de representantes das entidades ligadas aos direitos Humanos no Maranhão, da Pastoral Carcerária, e de associações de familiares dos presidiários.



*Chico Leitoa aproveita todo espaço para falar de temas sociais na AL*

Divulgação



***O desembargador Lourival Serejo foi homenageado pela militância e contribuição na implantação dos juizados especiais no Maranhão, durante as solenidades comemorativas do 15º ano do XXVIII Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje) que aconteceu de 24 e 26 de novembro, em Salvador, reunindo magistrados com atuação nesses órgãos de todo o país. Os fundadores do Fórum foram homenageados na pessoa do desembargador Serejo, que acompanha o evento desde o primeiro encontro. "Fiquei satisfeito pelo reconhecimento da importância histórica do fórum. Os resultados dos trabalhos têm demonstrado, ao longo do tempo, que a iniciativa veio ao encontro dos anseios da magistratura, no que se refere à discussão de temas relevantes na área dos juizados especiais", disse o magistrado.***